



## Veredas atemática

Volume 17 nº 2 - 2013

---

### Discurso, Mídia e Política: *Da Utopia ao Caos* sob análise

Welisson Marques (UFTM)<sup>1</sup>

*O sujeito político é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou afrontando-o em uma determinada conjuntura política.*

COURTINE, 2006, p. 64

**RESUMO:** A proposta central deste artigo é apresentar o cariz do discurso político. Para tal, tomamos a Análise do Discurso (AD) como aporte teórico em virtude de sua fundação ter se dado como instrumento político e ideológico de esquerda na década de 1960 na França. Ademais, discorreremos sobre o discurso político na atualidade, e como o mesmo não se limita ao *homo politicus*. Por fim, analisamos, nessa perspectiva, o sujeito em *Da utopia ao caos*, artigo atinente ao Partido dos Trabalhadores e veiculado em *Veja* na época do suposto escândalo do mensalão. As análises indicam que os aspectos desse tipo de discurso se evidenciam na voz do sujeito enunciador (midiático), entre os quais destacam-se a ridicularização, espetacularização e autolegitimidade, além de sua demarcação político-partidária.

Palavras-chave: discurso político; Análise do Discurso; mídia; sujeito.

### À guisa de um proêmio

Neste artigo, alvitramos efetuar uma breve caracterização do discurso político e, nesse sentido, delineá-lo, *a priori*, a partir da constituição da Análise do Discurso erigida pelo

---

<sup>1</sup> Professor na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL-UFU). Mestre pelo mesmo programa. E-mail: welissonmarques@yahoo.com.br

francês Michel Pêcheux. Na sequência, definiremos qual é a concepção de discurso político aqui adotada para, em seguida, expormos alguns traços constitutivos desse conceito na atualidade.

Insta apontar que lançamos mão deste sintagma (discurso político) em virtude de analisarmos um sujeito que discorre sobre determinado partido e as conjunturas que o envolvem e que, ao enunciar, assume um posicionamento também político. Partindo do escândalo do mensalão, derivam-se inúmeros enunciados cujo tema central é a política: as querelas partidárias, a pré-campanha, a busca por votos, a reeleição do presidente Lula. Desse modo, tomaremos *Veja* como um sujeito nas vias de Michel Pêcheux ([1975] 1988) e seu discurso será concebido nessa perspectiva.

Para concluir, analisaremos a constituição do sujeito político por meio de artigo atinente ao Partido dos Trabalhadores e publicado em uma época de grande crise política no Brasil. Tomaremos como *corpus* o artigo *Da utopia ao caos*, publicado pelo referido veículo midiático no contexto do escândalo do mensalão em setembro de 2005. A seleção dos fragmentos do artigo se efetua mediante as regularidades enunciativo-discursivas que embasam a análise que se propõe realizar.

## 1. O político na progênie da Análise do Discurso

No contexto de fundação da Análise do Discurso no final da década de 1960 na França, havia, inicialmente, um desejo crítico fundado em um engajamento político que reclamava a inclusão do ideológico no domínio da linguagem. A este respeito, Malidier (1997) coloca ao lado de Michel Pêcheux o nome de Jean Dubois como cofundador da Análise do Discurso (doravante AD). Todavia, os estudos de Dubois se voltam para outra vertente, isto é, a análise do discurso é pensada em um *continuum*, sendo que a passagem do estudo de palavras (estudos lexicológicos) ao enunciativo-discursivo se dá naturalmente, como uma extensão permitida pela Linguística.

Ademais, Harris publica na revista *Langages*, em março de 1969, um artigo intitulado “Análise do Discurso”. Em uma perspectiva análoga àquela utilizada por Dubois, seu método centrava-se sobre a palavra, seguia os pressupostos estruturais da lexicologia e se empenhava em descrever regularidades distribucionais em textos científicos.

Nesse ínterim, Courtine (2006, p. 39) afirma: “querer analisar os discursos era, então, querer fazer mais que um simples trabalho de linguista, era também, de certa maneira, desejar ocupar uma posição heróica numa luta teórico-política: reintegrar num gesto libertador, o que uma decisão arbitrária havia excluído”. Essa decisão, sobre a qual Courtine (2006, p. 39) discorre, refere-se ao que “o corte saussuriano havia talhado”, ou seja, ao seu “gesto decisivo de separação” da língua e da história.

Destarte, o problema que emergia era: “como um discurso ideológico pode ser reconhecido?”. Para compreendê-lo, é necessário observar a relação do Marxismo com a Linguística na década de 1960 e situar o lugar dessas disciplinas nos debates teóricos e políticos da época. Nesse sentido, em maio de 1968, há uma revolta estudantil, lembrada por Courtine (2006, p. 51-52) da seguinte maneira:

A revolta estudantil foi uma obsessão discursiva: maio de 68 foi uma revolução discursiva – uma exasperação da produção de discursos, uma multiplicação de sua circulação, uma inundação verbal que enchia as ruas e as mídias – deixou numerosas marcas textuais, que cobriam os muros das cidades. É o paradoxo de Maio: o processo de modernização das estruturas e das mentalidades que se completava por meio da revolta estudantil foi

narrado com as formas discursivas amplamente arcaicas de uma fraseologia revolucionária, que, desde cedo, estava destinada a desaparecer. Sendo a primeira “revolução” midiaticizada, ela deveu boa parte de seu impacto às imagens; no entanto, ela se auto-celebrou numa profusão barroca dos discursos, que aliava a irrupção das falas espontâneas e os últimos murmúrios das línguas de madeira (COURTINE, 2006, p. 51-52).

Para Courtine, a revolução de maio de 1968 foi uma revolução discursiva. Os pensadores da época, reafirmamos, reivindicavam a presença da ideologia na leitura dos textos políticos. Pêcheux define como “imbecilidade” a forma como o discurso político era analisado até então. Althusser ([1967] 1998), a seu turno, faz uma releitura do *Capital* explicitando a questão da reprodução das condições de produção. Para ele, a produção só se torna possível se for assegurada a reprodução das condições materiais de produção, ou seja, a reprodução dos meios de produção. É nas formas e sob as formas de sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho. Nas palavras de Althusser, isso equivale reconhecer a presença efetiva de uma nova realidade: a ideologia ([1967] 1998, p. 106-9). Como consequência, as reflexões althusserianas abriram espaço para debates sobre a presença do ideológico na leitura de textos políticos.

Em 1969 Foucault publica *Arqueologia do Saber*, fundamentando a relação constitutiva da história e poder nos discursos. Outrossim, o paradigma estruturalista, ainda vigente na época, influenciou as primeiras propostas de Pêcheux ao propor um dispositivo analítico que pudesse resolver tanto o problema político-ideológico como o científico na análise automática dos discursos. Entretanto, essa forma de análise tornou-se insustentável. Daí, Pêcheux apresentar posteriormente uma teoria que permitisse enxergar os laços ideológicos invisíveis que tecem os textos. Referimo-nos à publicação de *Les Vérités de La Palice*, traduzido para o português como *Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Sob essa visada teórica torna-se possível ler a ideologia “burguesa” implícita nos mesmos<sup>2</sup>.

Pêcheux ([1975] 1988) desenvolve e aprofunda as reflexões althusserianas. Contrariando as teorias da linguagem em voga da época e reclamando a presença da história na linguística, a AD nasce nesse percurso e, doravante, instaura-se a possibilidade de inclusão das relações ideológicas de classe na leitura de textos. Para ele, a ideologia é determinante dos sentidos.

Todavia, não são essas questões mencionadas as únicas razões que levaram a AD a tomar esse objeto de análise em seu processo constitutivo. Outros fatores também colaboraram para a irrupção desse dispositivo analítico. Um deles foi o esgotamento do paradigma estrutural influenciado pelo desenvolvimento da perspectiva gerativista nos estudos linguísticos que, conseqüentemente, trouxeram críticas desta àquela (COURTINE, 2006). Outro fator refere-se às novas relações interdisciplinares que contribuíram para que houvesse diálogo entre a linguística e a história. Nas palavras de Robin (apud COURTINE, 2006, p. 48-49), a AD “trabalha nos limites dos grandes recortes disciplinares, constituindo para cada um deles um dentro/fora/inquieto. Longe de qualquer polêmica, *a priori*, com as ciências humanas e/ou com a linguística, ela tenta quebrar o eterno mal-entendido que tornava os diálogos difíceis”. Nessa efervescência teórica, não havia mais como manter o histórico e o ideológico fora dos procedimentos de análise dos textos políticos.

Ainda em relação à formação da AD, nas palavras de Maldidier (1997), o projeto de constituição da disciplina se inscreve “num objetivo político: a arma científica da linguística oferece meios novos para abordar a política”. Sendo assim, dentro dessa conjuntura teórica, o

---

<sup>2</sup> É relevante mencionar que nessa mesma obra, ao retomar Althusser, Pêcheux (1975) propõe que se trata de uma reprodução/transformação.

marxismo e a linguística marcam o nascimento da AD.

## 2. Discurso sobre política

As discussões sobre o discurso político e sua relevância para a AD são pertinentes, entre outros fatores, pelo fato de permitir a demarcação de algumas fronteiras sobre o tipo de discurso a que nos referimos neste artigo e que, também, servirá de sustentáculo para as análises que propomos realizar<sup>3</sup>.

Se considerarmos as afirmações de Foucault ([1972] 1999, p. 89) que política é “a atividade do poder, e o poder é um multifacetado conjunto de relações de forças que está em todo lugar, logo tudo é política”, compreendemos que qualquer discurso é político, pois o poder é inerente aos discursos. Este filósofo se pauta em uma vertente filosófica aristotélica para quem o homem é sempre um animal político (ARISTÓTELES, [384 a.C – 322 a.C.] 2006). Não é essa a dimensão de discurso político a que nos referimos.

Por outro lado, Le Bart (1998) apresenta uma definição *stricto sensu* desse tipo de discurso. Para ele, o discurso político é aquele produzido somente pelo homem político (*homo politicus*) em suas falas ou debates. Também não nos limitaremos a esta definição no empreendimento analítico. Quando mobilizarmos a expressão “discurso político” referir-nos-emos ao “discurso sobre política”. Assim, lançamos mão deste sintagma uma vez que analisamos um sujeito que discorre sobre determinado partido político e as conjunturas aí envolvidas e que, ao enunciar, assume um posicionamento também político. Partindo da crise sofrida pelo Partido dos Trabalhadores após o escândalo do mensalão, derivam-se inúmeros enunciados, cujo tema central é a *política*: as querelas partidárias, a pré-campanha, a busca por votos, a re-eleição do presidente Lula, o discurso do Partido.

Sendo assim, o discurso político na voz do sujeito enunciador, como foi assinalado acima, é uma modalidade de discurso que se aproxima da definição de *discurso sobre* (MARIANI, 1996, p. 64). Nas palavras de Indursky (1999) os *discursos sobre* são discursos intermediários que ao falarem sobre um discurso situam-se entre aquele que discursa e seu interlocutor. O discurso midiático funciona como uma modalidade de *discurso sobre*. Há lugar para vozes, mas há *alteração* da voz do outro, “o que mostra que a imprensa não é neutra, que ela assume um posicionamento, muito embora haja lugar, em seu âmbito, para a polifonia” (INDURSKY, 1999, p. 185).

Dito isso, na sequência discorreremos sobre as características do discurso político contemporâneo.

## 3. O discurso político contemporâneo

De modo geral, o discurso político deve ser pensado como um lugar marcado, por excelência, pela *tensão* e por *embates*. Bourdieu (1989, p. 14) discorre sobre as “lutas simbólicas” que se desenrolam no interior do campo político e acrescenta que existe uma tendência dos dominados em produzirem discursos políticos subversivos aos que se encontram em posição de domínio, ao passo que estes tendem a produzir discursos que objetivam a perpetuação de sua dominância. Segundo este teórico, os discursos políticos

---

<sup>3</sup> Nossa proposta é demonstrar como o sujeito enunciador assume posição política, como um *homo politicus*, evidenciando que o simulacro de imparcialidade e objetividade que o sujeito midiático busca portar não se sustenta.

devem as suas características mais específicas aos interesses daqueles que os produzem. Em outras palavras, Bourdieu (1989) está discorrendo sobre a resistência de sujeitos inscritos em posições antagônicas. Nessa direção, pensando os entrecruzamentos do sujeito e poder, constitutivos da AD, suas palavras atestam o desejo de poder em que os sujeitos se veem investidos, sujeitos estes que digladiam entre si na busca por dominação.

Tocar no discurso político é vislumbrar uma área marcada por conflitos em virtude dos interesses de grupos sociais em oposição estarem em jogo. A palavra “política” do grego *politeía* origina-se das *polis*, cidades autônomas na Grécia Antiga. Estas eram dotadas de poder político (*politeía*) para exercê-lo nos procedimentos de controle da *polis*. A concepção grega de cidade liga-se ao de comunidade política e revela a importância dessa prática na sociedade desde então. Portanto, a política e o exercício do poder estão intrinsecamente ligados.

Já Maquiavel, considerado o pai da ciência política, declara, por sua vez, que a noção de política refere-se não apenas à arte de conquistar, mas também de exercer e manter o poder, o governo (BOBBIO, 2002). Isso significa que aqueles que ocupam tal posição digladiarão por uma maior permanência possível no exercício do poder. Em sua obra mais difundida, *O Príncipe*, escrita em 1513, ele embrenha-se na questão de como diferentes tipos de principados são conquistados, se perdem ou são mantidos.

Apesar das distâncias históricas, percebemos que as características apresentadas por esses estudiosos não mudaram. Avançando no tempo e abicando a contemporaneidade, observa-se uma tendência à espetacularização do discurso político promovida pelos meios de comunicação. A esse respeito, Courtine (2006) realiza um estudo sobre suas metamorfoses e, para tal, observa as discursividades políticas produzidas desde a metade dos anos de 1970 pela imprensa americana. Embora seu olhar se volte para os Estados Unidos, percebemos que essas derivas se estenderam com nuances específicas para outros lugares, incluindo o Brasil. Vários fatores corroboraram essas mudanças, entre eles, a concorrência entre as mídias que “privilegiam os efeitos de anúncios espetaculares” (COURTINE, 2006, p. 141), bem como o acesso a fontes duvidosas, instigado pela aceleração dos ritmos da informação, o qual favorece a produção de trabalhos superficiais e duvidosos.

Tais mudanças alteraram significativamente o modo de produção do discurso político na atualidade e apontam para a produção de subjetividades: “a orquestração dos escândalos encoraja o cinismo da opinião e preside o desenvolvimento de uma cultura da desconfiança em relação às pessoas públicas” (COURTINE, 2006, p. 143). Essa desconfiança que reside o discurso político é ecoada em frases do cotidiano como “político é *tudo* [sic] ladrão”, atestando o descrédito social latente em relação aos agentes políticos. Isso se agrava com as constantes divulgações de corrupção e falta de punição dos culpados. O resultado é que “a noção de informação perde sua referencialidade e a realidade política se enfraquece” (COURTINE, 2006, p. 142).

O discurso político veiculado pela mídia impressa, diferentemente da TV, não possibilita a intervenção direta de outro candidato ou mesmo da reação de uma plateia. A única “voz” é a do sujeito enunciador e sua manifestação impossibilita a interpelação do candidato, a indagação, o questionamento. Certos espaços enunciativos construídos até criam a ilusão de diálogo, de se fazer ouvir a voz do outro, todavia, o enunciador, obviamente, é o único “regulador”<sup>4</sup> desses discursos. Nessa conjuntura, Piovezani (2009, p. 347) afirma:

---

<sup>4</sup> O sujeito enunciador não “escolhe” seus discursos, como “dono” da língua. Apesar de, na prática, a revista Veja, nos moldes aqui apresentados, configurar-se um sujeito discursivo, a escolha das matérias e imagens veiculadas se estabelece sob uma ilusão necessária de autonomia e consciência dos discursos deste sujeito.

Considerando que a busca pela legitimidade é um fator essencial da política, o discurso político contribui para a legitimação do próprio campo em que se inscreve, na medida em que, de modo explícito ou latente, apresenta as seguintes propriedades: o agente político possui uma visão clara e ordenada da realidade social; pressupõe sua credibilidade e fundamenta seu dizer e seu fazer na vontade de uma coletividade que lhe reconhece a competência e lhe outorga a legitimidade (PIOVEZANI, 2009, p. 347).

O sujeito político busca construir a imagem de conhecedor percuciente de sua área e apresenta-se detentor de dado saber cujo atributo outorga-lhe credibilidade: “anunciar-se como sendo aquele que sabe e pode promover a elisão ou o abrandamento da insatisfação que, de fato, lhe é estrutural e necessária, parece ser uma das características do discurso do campo político” (PIOVEZANI, 2009, p. 136). A ausência do mesmo, ou seja, a falta de conhecimento implica incompetência e, conseqüentemente, descrédito para o exercício de sua função. Nesse ponto a legitimidade concerne, dentre outros aspectos, ao falar iniludível que possibilita a construção de efeitos de verdade sobre si e o discurso (do) político se submete à exigência da injunção à verdade, do falar-verdadeiro: “não podemos deixar de vislumbrar uma estreita relação entre a busca constante da política pela legitimidade e poder e as incessantes tentativas do discurso político de produzir efeitos de verdade sobre si” (PIOVEZANI, 2009, p. 352).

O sujeito político não pode pestanejar, precisa ter respostas de imediato como forma de fazer sobressair sua competência. Essa autolegitimação implica o apagamento de falhas e realce de acertos. Em contrapartida, em relação a sujeitos que ocupam posições antagônicas, evidenciar-se-á o contrário. Haverá o recrudescimento de erros e debilidades, bem como o apagamento de acertos, conquistas ou vitórias desses adversários. Nesse sentido, a necessidade de boa persuasão, de argumentos convincentes se faz presente. O político precisa ser um influenciador para que consiga interpelar os eleitores e deles conquistar os votos. Isso pode acarretar, muitas vezes, no desrespeito aos limites e à perda do bom senso. Daí a tendência em se pender para o espetáculo político, conforme pontuamos acima.

De tal sorte, se por um lado o sujeito afirma a própria capacidade, por outro tentará retirá-la de seus oponentes. Essas considerações trazem-nos à memória o conceito de poder foucaultiano ([1969] 1999), inerente ao sujeito e exercido em práticas discursivas. Se o sujeito busca se legitimar, sujeitos em oposição a dado sujeito serão tachados de incapazes, desqualificados e submetidos a desconfiças e acusações. Nesse ínterim, a ridicularização é outro aspecto pertinente acerca da caracterização do discurso político e que acreditamos emergir sob regularidades na análise que se apresentará. A desqualificação se revela nas denúncias ou, simplesmente, desconfiças marcadas pela ironia e zombaria, mas que se apresentam “atenuadas” em face dessas acusações, tidas como “incontestáveis”. Em um campo onde a busca por legitimidade se faz presente e em tempos de espetacularização política, o mensalão parece ser apenas um pano de fundo em um palco onde os atores-políticos principais são reiteradamente desqualificados.

Portanto, realçar a impotência e debilidade com o intuito de desqualificar o adversário é uma marca desse tipo de discurso. Acreditamos também que os discursos ora veiculados, e que serão analisados no tópico que se segue, possibilitar-nos-ão visualizar regularidades que não somente apontam para a ilegitimidade do Partido dos Trabalhadores, como evidenciam a posição político-partidário do sujeito sob análise.

#### 4. Da Utopia ao Caos sob análise

Levando em consideração os acontecimentos que envolvem o mensalão, emerge na capa da edição 1923 da revista *Veja*, publicada em 21/09/2005, a imagem de uma estrela vermelha de cinco pontas de vidro com a inscrição “PT”, simbolizando o Partido dos Trabalhadores. Essa estrela está quebrada ao meio, separando as letras P e T. Abaixo dessa imagem há o seguinte enunciado:

...Era vidro e se quebrou - a história de uma tragédia política,

Tomando como pressuposto o fenômeno da espetacularização política e a noção que os lugares que os sujeitos constroem para si e para os outros não são concretos, mas imaginários (PÊCHEUX, [1969] 1990), compreende-se que a utilização da estrela de vidro metaforiza a fragilidade e vulnerabilidade constitutivas da identidade petista. A estrela, símbolo do partido, representa, nestas condições, o próprio partido que *se quebrou*, acabou.

Isso se confirma ao se observar o subtítulo da capa, *A história de uma tragédia política*, que nos convida a conhecer o percurso do escândalo. Levando em consideração o contexto sócio-histórico da crise, o leitor, ao se deparar com este enunciado é levado a acreditar que a informação a ser veiculada seja a história da *crise do mensalão*, e não do PT. Todavia, o sujeito enunciador lança mão dessa estratégia e realiza uma retomada da história *petista*, sendo que, sob sua ótica, o partido *padece o mal* de ter tido o seu

nascimento apoiado no equívoco socialista e no mito do líder operário.

As razões pelas quais o Partido dos Trabalhadores é uma *tragédia política* decorrem de causas “óbvias”. Uma dessas razões é o seu nascimento equivocado pautado em uma base socialista. A outra está no fato desse nascimento ser calcado *no mito do líder operário*. Ora, é evidente que a posição *operário* representa um sujeito inscrito em dado lugar socioeconômico. Com certeza, não se encontraria o enunciado “no mito do líder *médico*” ou “no mito do líder *advogado*”, profissões que retomam dada memória de prestígio e *status* social, antagônicas à memória retomada pela posição *operário*. Pensando os efeitos de sentidos produzidos pelo enunciado, uma das razões pelas quais o PT não deveria ter surgido é puramente excludente: a classe econômico-social de Lula não o autorizaria a ocupar a posição de líder de um partido político.

O lugar social ocupado pelo fundador do partido é, portanto, um dos fatores que justificariam a não existência do mesmo e, desse modo, representa um discurso autoritário e de exclusão. Busca-se produzir efeitos de verdade sobre o que é dito, ou seja, no discurso midiático o sujeito-enunciador já em posição de *legitimado* a falar sobre o assunto, a propor uma narrativa da “*história*” dos fatos, se coloca como detentor da verdade, como um sujeito “onisciente” que não permite escapar qualquer inautenticidade em seus dizeres. Em outras palavras, essas reflexões coadunam com a ideia “da ideologia do apagamento da ideologia” (PIOVEZANI, 2009, p. 275) presente no discurso político contemporâneo.

A utilização do sintagma *tragédia*, somada aos efeitos de sentido do não-verbal, *id est*, a estrela partida ao meio, constroem sentidos que apontam para a desqualificação do partido desde o seu fundamento. Como o discurso é um discurso de busca pelo poder, a utilização de técnicas de poder, neste suporte, torna-se mais forte e evidente. O sujeito midiático desfruta de uma posição de “onisciência” e “onipotência”. Onisciência, pois, conforme afirmado acima, é um sujeito que propõe contar *a verdadeira história*, *revelar*, *trazer à tona* o que “ninguém conhece”. Onipotência, pois é um veículo que devido às suas particularidades não

abre espaço à contestação. Estas observações vão ao encontro de Schwartz (apud LONARDONI, 2006, p. 113) ao comparar a mídia com um “segundo Deus”.

Do enunciado *era vidro e se quebrou* pode-se depreender, por meio da utilização de reticências precedendo *era* (da capa), que já há algo sendo dito e que estes dizeres retomam outros. Como o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta, ao nosso entender, este enunciado repete o verso e possibilita fazer alusão à popular cantiga infantil *Ciranda Cirandinha*<sup>5</sup>.

Nessa canção, há a rima de *era vidro e se quebrou* com *era pouco e se acabou. Quebrou* rimando com *acabou*. Levando-se em consideração o contexto sócio-histórico pré-eleitoral, assim como as técnicas de poder das quais os sujeitos fazem uso, os efeitos de sentidos que são produzidos possibilitam-nos compreender que o que se constrói é uma imagem denegrida do partido. A construção identitária petista, sob a ótica de Veja, fundamenta-se não apenas na proposta e apoio ao *Impeachment* de Lula, mas também na não candidatura às eleições presidenciais subsequentes.

Na sequência enunciativa, há a presença do verbo *ser* no pretérito-imperfeito do indicativo. Este tempo verbal é utilizado, dentre outros casos, para a descrição de fatos ou estados pretéritos não concluídos. O sujeito enunciativo, para afirmar o acontecimento presente, isto é, a crise petista, deixa escapar sentidos outros possibilitados pela retomada do que o PT já *era* sob sua ótica, conforme expusemos nos parágrafos anteriores. Olvida-se o acontecimento mensalão e há a aparição ou inclusão do que o partido dos trabalhadores efetivamente é, pois ele não apenas era, mas sempre foi de vidro e agora *se quebrou*. Um fracasso cuja queda ou *quebra* poderia se dar a qualquer instante, pois a fragilidade e vulnerabilidade são, reiteramos, constitutivas deste sujeito. O que leva Veja a colocar o PT como frágil e vulnerável é sua inscrição ideológica que aponta a posição-sujeito em seus dizeres. A estrutura de vidro possibilita-nos enxergar traços da constituição identitária do outro e, concomitantemente, de si, uma vez que o determina. Isso se confirma no enunciado

Da utopia ao caos,

título do artigo e cujos fragmentos se apresentam para análise neste artigo. Percebemos, neste enunciado, as condições de surgimento do partido que evidenciam marcas de contestação. A *utopia* demarca esse acontecimento, referindo-se à sua criação enquanto o *caos* liga-se ao mensalão e aos acontecimentos que se seguem à crise. *Utopia* é algo que se estabelece, nesse caso, referindo-se à criação do PT, significando algo impossível ou irrealizável. Em outras palavras, para o sujeito-enunciador, a criação do PT foi um plano fantasioso, uma brincadeira – como na canção, algo utópico e que aponta para uma evidência: o Partido dos Trabalhadores *não* deveria existir. Essa afirmação se reforça na sequência seguinte:

o PT forjou sua derrocada: do nascimento apoiado no equívoco socialista e no mito do líder operário ao esfacelamento de seu patrimônio ético e à chegada ao banco dos réus.

Na ótica desse sujeito sob análise, constrói-se a ideia de que a crise do mensalão representa a ruína do PT, mas esta foi provocada pelo próprio partido, pelas próprias condições inerentes à sua constituição. Sua *derrocada* ou *quebra* já é algo estabelecido. Portanto, essa ideia de *derrocada* em que o partido se encontra gera efeitos de sentidos que

---

<sup>5</sup> Ciranda, cirandinha / vamos todos cirandar / vamos dar a meia-volta / volta e meia vamos dar / O anel que tu me deste / *era vidro e se quebrou* / o amor que tu me tinhas / era pouco e se acabou [...] (Grifo nosso).

apontam para um partido em ruínas, sem futuro. Pensando nas eleições que se aproximam e no poder constitutivo dos discursos, compreendemos o que se afirma objetiva um fim (FOUCAULT, [1982] 1984). Se o *impeachment* já é apoiado pelo sujeito-enunciador e, mesmo assim, o PT venha a ter um sucessor, é relevante que se construa a ideia de um futuro comprometido.

O Partido dos Trabalhadores elege neste domingo o grupo que irá determinar os rumos da agremiação nos próximos cinco anos (*se é que o PT durará tanto*).

O sujeito, inscrito em dado lugar sócio-histórico, revela-se por práxis discursivas. Nesse panorama histórico, traços de sua constituição vão sendo formados: um passado marcado pelo nascimento equivocado, mitológico, utópico que dimana em um presente constituído pela fragilidade e que, conseqüentemente, se liga a um futuro pouco promissor. Ademais, utilizando-se novamente de metáforas e construindo sentidos para o PT, o sujeito afirma que:

a ruína do PT deu-se em tempo recorde. Foram necessários apenas 100 dias para que uma alucinante sucessão de revelações fizesse com que *o partido fosse soterrado pelos escombros do seu patrimônio ético*. Uma edificação não vai ao chão em tão pouco tempo *a menos que seus alicerces estejam podres. É o caso do PT*. (Grifos nossos)

O problema do partido não resulta, unicamente, do desaguar de acusações e *revelações*. A utilização deste último lexema denota “verdades” que são trazidas e são, portanto, incontestáveis. A veracidade do que se acusa nem é “cogitada”, pois todas as acusações já estão na ordem do crível. Se algo é revelado é porque é veraz e veio à tona. As próprias bases do partido, materializadas linguisticamente como *edificação*, foram ao chão porque os *seus alicerces já estão podres*. Dito de outro modo, não é o “mensalão” o problema, o é sua estrutura política, as bases fundantes constitutivas do partido que já estão decompostas.

De tal modo, considerando as complexas relações de poder nas quais o sujeito se inscreve, “uma das propriedades mais emblemáticas do discurso político é o sujeito falar de sua própria potência e calar sua debilidade. Daí decorre que a denúncia de impotência de um agente político, realizada por seu adversário, dirige-se não ao seu cargo, mas à incapacidade de desempenho de sua função” (PIOVEZANI, 2009, p. 136).

Quanto à ideia da fundação do partido ser frágil, conforme foi explicitado no primeiro recorte, estes sentidos são retomados e ratificam as regularidades perpassando o discurso do sujeito enunciador, atestando sua posição-sujeito.

O partido padece de um erro de origem: nasceu assentado sobre dois equívocos. O primeiro foi ter sido criado sob o signo do socialismo quando a ideia já seguia em franca decadência no restante do planeta. [...] o PT, recém-criado, divulgava manifestos pregando “a solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo” e aos “explorados pelo capitalismo”. [...] O segundo equívoco do PT decorre do primeiro. O partido foi formado por uma mixórdia: sindicalistas, militantes egressos da luta armada, integrantes da esquerda católica e intelectuais marxistas.

O erro do partido parte de sua origem. Um dos equívocos é sua base socialista-marxista com a qual o sujeito-enunciador se desidentifica explicitamente. Retomam-se dizeres do PT, do início da década de 1980, para evidenciar que, desde a época de seu surgimento, os mesmos são utópicos e ultrapassados – ultrapassados, pois iam contra a tendência

antissocialista no resto do planeta. O segundo equívoco refere-se aos personagens envolvidos nessa empreitada. É um partido fundado por uma *mixórdia*. A consulta ao seu significado indica “mistura desordenada de coisas diversas, confusão embrulhada” (AURÉLIO, 2004, p. 480). Efetua adjeção a algo de má qualidade, adulterado. Em outras palavras, o partido foi formado por um compósito de pessoas. Portanto, este grupo de pessoas formado por marxistas, sindicalistas, integrantes da esquerda e militantes da luta armada ocupa posições antagônicas a do enunciador. Com isso, o que se compreende é que o problema do partido reside no fato dele ser constituído por essa balbúrdia, evidenciando-se, nestes excertos, discursos de oposição e resistência ao PT.

O sujeito, inscrito em dado lugar, explicita a trajetória do outro desde sua fundação até o seu fim já “dado como certo”. Os efeitos de sentidos produzidos indicam que essa ruína se justifica pelo equívoco de seu surgimento, pela posição que o fundador do partido ocupa: ser *operário*.

A dívida oficial da legenda é de 20 milhões de reais, seus principais dirigentes estão sentados no banco dos réus das CPIs, ameaçados de cassação, e as perspectivas para as eleições de 2006 são, na mais otimista das hipóteses, dramáticas.

Como já foi pontuado, o discurso político tem como característica a busca por legitimidade, sendo firmado na confiança e no reconhecimento (BOURDIEU, 1989, p. 188). Estes dizeres vão de encontro a tudo isso. O PT é um partido *endividado*, seus principais dirigentes *estão no banco dos réus da CPI* e, somado a estes fatores, *não há perspectivas para o próximo turno eleitoral*. Esta última assertiva merece algumas considerações. Segundo o sujeito enunciador *na mais otimista das hipóteses* as perspectivas do partido são *dramáticas*. O sujeito se utiliza deste recurso argumentativo, fortemente opinativo, que incide diretamente sobre as eleições seguintes e concorre para a desqualificação de seu referente. Se no discurso político a busca é pela produção de verdades, credibilidade e legitimidade, o sujeito enunciador, neste cenário e em posição contrária ao PT, encarrega-se de dele subtrair-lhes. Estes dizeres interpelam os enunciatários-(e)leitores com desconfiança e insegurança em relação ao futuro do partido.

Este último segmento, sobretudo, encarregou-se de **construir um mito** – o de que o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva, era o **guia excelso da classe trabalhadora** rumo ao paraíso socialista. Ora, Lula nunca foi socialista. Não se pode nem mesmo dizer que era “de esquerda”. Lula era, sim, um líder sindical **forjado no pragmatismo das brigas salariais** entre operários e empresários – como ele mesmo deixou claro em um histórico debate travado com um deputado em 1982. (Grifos nossos)

Este excerto apresenta mais elementos que corroboram para o delineamento de traços constitutivos do partido, elementos estes que estão intrinsecamente ligados ao nosso objetivo principal: demonstrar como se constitui o sujeito-enunciador Revista Veja ao significar o PT. Insta ressaltar que nesta análise proposta é impossível desvincular o próprio partido dos políticos filiados a ele, pois, compreendemos serem os políticos constitutivos da identidade petista. Portanto, nestas condições de produção específicas em que se discorre sobre o mensalão, a referência a Lula implica o próprio partido. A este respeito e à guisa de ilustração, o sujeito-enunciador tem como enfoque principal na matéria o partido, sendo que ao se referir a Lula como líder e guia sindical, a ideia de criação do PT apresenta-se implícita.

Ao tocar Lula, tenta-se explicitar alguns elementos deste sujeito, como forma de compreender sua constituição. Primeiramente, este *segmento*, que construiu um *guia*, um *líder*, refere-se à *mixórdia*, conforme foi apontado acima, aquele grupo de pessoas composto por marxistas e sindicalistas cujo objetivo é *o poder pelo poder*. A posição de Lula resulta dos esforços dessa classe. A utilização de *excelso* (alto, elevado, sublime) é irônica, pois denota o oposto de seu sentido literal. *Paraíso*, sinônimo de céu, do Éden implica uma ilusão. A afirmação de não ser socialista, nem mesmo “de esquerda”, restringe os sentidos acerca de sua identidade e aponta para uma evidência: Lula (e concomitantemente o PT) é um *mito*. Esses sentidos são produzidos ao longo da sequência.

Neste íterim, Lula é a construção de um *mito*. Mito é uma ideia falsa, distorcida da realidade, como uma situação irreal, fictícia, uma fábula; relaciona-se a coisas ou seres irreais, imaginários. Lula nunca foi socialista, nem mesmo de “esquerda”. O que ele era então? *Era um líder sindical forjado no pragmatismo das brigas salariais entre operários e empresários*. A imagem de sindicalistas em bate-bocas e greves reivindicando aumentos salariais é evocada. Outros sentidos são construídos e aí estão implícitos. Sobre sua formação, por exemplo, as *brigas* evocam a falta de estudos (e de educação *lato sensu*, também), de um sujeito pertencente a uma classe de baixo nível educacional. Lula não foi formado por uma boa faculdade, mas foi *forjado no pragmatismo*, na prática dessas lutas.

Levando em consideração que “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que o toma em sua rede de significações” (ORLANDI, 1995, p. 149), essas regularidades que se estabelecem ao longo do texto são confirmadas pelos fragmentos aqui expostos.

Quando um parlamentar perguntou se ele era “comunista, socialista ou o quê”, Lula respondeu: “Sou torneiro mecânico”. Movido pela ambição pessoal, Lula – numa perfeita simbiose com os intelectuais que viam nele a figura do “líder operário puro” – embarcou gostosamente na aventura leninista. “Os intelectuais achavam que Lula seria um tapete mágico capaz de levá-los à revolução. Já Lula via nos acadêmicos outro tipo de tapete, aquele que poderia ajudá-lo a chegar ao poder”, diz o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues. Hoje, passados 25 anos, já se sabe qual dos tapetes chegou ao destino traçado. Os intelectuais ficaram para trás – a maioria por decisão voluntária, fruto da percepção da realidade.

Este fragmento é constituído por uma pluralidade de vozes, pelas heterogeneidades que, por sua vez, ecoam não-ditos permitidos pelas margens destes dizeres. Segundo o sujeito-enunciador, o início de Lula na política se deu *movido pela ambição pessoal*. A ideia de luta pelo poder incomoda esse sujeito que dele fala e indica resistência a esse local ocupado pelo outro. Os dizeres remetem a um sujeito descompromissado que parece ter começado na política por *aventura*, alguém que não tem nada a perder e nem mesmo compreende exatamente se é comunista ou socialista, apenas entende que é um *torneiro-mecânico*. Portanto, evidencia-se sua “ingenuidade” ou mesmo incapacidade técnico-política. Ademais, o enunciador reforça a ideia principal de se conquistar o poder em: *Já Lula via nos acadêmicos outro tipo de tapete, aquele que poderia ajudá-lo a chegar ao poder*. Esta mobilização lexical aponta lugares em que se inscreve o sujeito. O vocábulo *tapete* alude à utilização dos acadêmicos como instrumentos de autopromoção e ascensão social, como um *pathos* para se chegar ao lugar pretendido. Ainda no enunciado *os intelectuais ficaram para trás*, sugere-se que Lula os deixou, pois *passados 25 anos, já se sabe qual dos tapetes chegou ao destino traçado*. Lula conseguiu o que queria, eles não. Os sentidos implícitos nesta sequência apontam para essa ideia, a de que tais intelectuais foram usados. Os outros, por outro lado, ficaram para trás como *fruto da percepção da realidade*. Ou seja, por seu

entendimento, pela lógica, que é a correta, sobre com quem estavam lidando, tomaram a decisão acertadamente.

Há, claro, exceções. Na semana passada, a filósofa Marilena Chauí, uma das principais ideólogas do PT, rompeu, da pior maneira possível, o silêncio obsequioso que vinha mantendo até então, a pretexto de "entender a crise". A filósofa declarou ter "descoberto" o motivo pelo qual se tem "tanto ódio ao PT". "Eu sei hoje por quê: é porque nós fomos o principal construtor da democracia neste país. E não seremos perdoados por isso nunca", declarou. Não há, para os que têm na razão e no pensamento a matéria-prima de seu trabalho (como é o caso da filósofa), nada mais deletério do que se deixar levar pela paixão cega. Ao incorrer nesse erro, Marilena Chauí abre mão do título de pensadora para se tornar uma séria candidata à vaga de Velhinha de Taubaté, a personagem recentemente "assassinada" pelo escritor Luis Fernando Verissimo. As declarações da professora da USP não foram, porém, de todo inócuas. Serviram, ao menos, para mostrar que, contrariando todas as expectativas, a imensa arrogância de alguns petistas permanece intocada a despeito dos dólares na cueca e mesmo debaixo dos escombros do furacão da história que destróçou suas teses.

Neste último excerto, a posição ocupada pelo sujeito é explicitada por meio das vozes que se fazem presentes em sua voz. De um lado, o enunciador discorre sobre a realidade do partido, as acusações e utopias que o envolvem desde a sua fundação. Em contrapartida, a voz de outro sujeito em posição ideológica antagônica a ele emerge no fio discursivo. É a voz da filósofa Marilena Chauí. Lembrando que o sujeito em AD não é um indivíduo empírico, mas um sujeito inserido em uma conjuntura sócio-histórico-ideológica, os dizeres de Chauí são relevantes, pois ecoam a voz de um sujeito inscrito em dado lugar e, por conseguinte, são demarcatórios de sua posição. A filósofa, "movida pela *paixão cega* em defesa do partido", afirma o porquê de se ter tanto ódio do PT: *Eu sei hoje por quê: é porque nós fomos o principal construtor da democracia neste país. E não seremos perdoados por isso nunca.* A crítica e oposição a estes dizeres se apresentam explicitamente na materialidade linguística. Sua fala é tida como deletéria, desmoralizadora por causa de sua *paixão cega*. Suas declarações são tidas como *erro*. Além do mais, sua posição de defesa ao partido, segundo o enunciador, *contraria todas as expectativas*.

O sujeito enunciador traz o outro para com ele dialogar tensivamente. Os dizeres de Chauí explicitam a voz de dado sujeito, inscrito em lugar de defesa latente ao partido e evidenciam sua posição, conforme o enunciado suso explicitado: *Nós fomos o principal construtor da democracia neste país.* A utilização do dêitico *nós* aponta traços de sua identidade, de sua posição político-partidária. Entretanto, a permanência nesse lugar de apoio ao PT, sob a ótica do sujeito-enunciador, a diminui, retira-lhe a posição de reconhecimento como pensadora – o que certamente lhe confere certo *status* –, e a rebaixa ao nível da *Velhinha de Taubaté*. Esta mudança de lugares "imaginários", mas ideologicamente marcados, decorre unicamente das posições que este sujeito assume. Essa condição de rebaixamento social, na ótica do sujeito-enunciador, se dá por sua demarcação sócio-histórico-ideológica, ou seja, pelas posições que ele assume no interior dos seus discursos.

Considerando que uma das marcas do discurso político é a constante busca de produção de efeitos de verdade, o uso de *todas* é relevante nesta sequência uma vez que por meio de sua utilização há o apagamento de expectativas de outros sujeitos em posições a ele contrárias. Em suma, a posição desse sujeito que apoia o PT é um *erro*, uma *paixão cega*, *contraria todas as expectativas*, o rebaixa e o desmoraliza. Ainda na análise deste extrato, *as declarações da professora da USP não foram, porém, de todo inócuas* indicam que a única

coisa que tem valor e não pode ser despercebida é o fato de este sujeito estar em posição de apoio a um partido cuja *imensa arrogância permanece intocada*.

Se em situações menos marcadas pela tensão o discurso já é objeto de desejo e poder, quanto mais no discurso político. Desse modo, quando o enunciador se refere diretamente ao Partido dos Trabalhadores, uma marca relevante na materialidade linguística é o pululamento de termos que evidenciam o espetáculo político constitutivo desse discurso. A mobilização da estrela quebrada, o *caos*, a *podridão* e termos como *furação*, *soterramento*, *destruções* e *escombros* recrudescem os sentidos da *tragédia política* e coadunam com o fenômeno hiperbólico da espetacularização midiática presente no discurso do sujeito enunciador.

### **À guisa de considerações finais**

Neste artigo, propusemos realizar como objetivo central uma caracterização do discurso político. Para tal, iniciamos esse percurso articulando-o com a fundação da AD francesa e, nessa interface, tomamo-lo como centro catalisador da discussão. Observamos que a tensão e o embate são algumas de suas facetas sobressalentes. Ademais, outros elementos se destacam: ridicularização, espetacularização, ironia, zombaria, autolegitimidade e deslegitimação do outro. Longe de ser exaustiva, esta lista aponta, em linhas gerais, alguns traços que permeiam essa forma de discurso.

A análise de *Da utopia ao caos* possibilitou-nos visualizar, na prática, esse sujeito político, cujos discursos são permeados por regularidades em que a debilidade do outro é elemento constituinte. Nesse sentido, o panorama do partido é projetado: sua criação foi uma *utopia*, o *caos* é a condição em que o mesmo se apresenta e o futuro pouco promissor atesta sua desqualificação política e corrobora, senão com a ideia de *impeachment*, ao menos teria poder de refletir uma possível falácia nas urnas em 2006.

Ainda assim, compreendendo ser o discurso político o lugar onde se exercem os mais terríveis poderes (FOUCAULT, ([1971] 1996, p. 10), o enunciador traz a voz de Chauí, militante petista, não somente para contestá-la, como também para desqualificá-la, ironizando-a. Seu forte engajamento possibilita a refutação direta do enunciador a este indivíduo, cujos dizeres atestam sua posição e com o qual o sujeito se desidentifica.

Por fim, verificamos, também, a importância de se agregar aos elementos verbais, os elementos visuais, como forma de contemplar a materialidade discursiva de modo mais amplo e adequado. Assim, o sujeito político não narra os acontecimentos simplesmente, mas indo além, explícita, de modo latente, seus favorecimentos partidários.

## Discourse, Media and Politics: analysis of *From Utopia to Chaos*

ABSTRACT: The main aim of this paper is to present the principal characteristics of the political discourse. In order to do so, we will take Discourse Analysis (DA) as theoretical basis, since its foundation took place as an ideological and political tool used by the French Left Wing in the 1960s in France. Furthermore, we will define the contemporary political discourse and, in this way, visualize that this type of discourse cannot be reduced to the *homo politicus*. To conclude, we will analyze the subject in *Da utopia ao caos* (From utopia to chaos), article published in 2005 by *Veja Magazine* during the kickback crisis. The analyses indicate that the aspects of this type of discourse (political) are shown in the voice of the enunciator subject (from the press media), among which we highlight ridicularization, spectacularization, and self-legitimacy, apart from its strong political demarcation.

Keywords: political discourse; Discourse Analysis; media; subject.

### Referências

ALTHUSSER, Louis P. [1967]. *Aparelhos ideológicos de estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 127 p.

AURÉLIO: o mini-dicionário da língua portuguesa. 6. ed. revista e ampliada. Curitiba: Posigraf, 2004. 896 p.

ARISTÓTELES. [384 a.C – 322 a.C.]. *A política*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2006, 348 p.

BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. 12 ed. Brasília: EDUnB, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. 316 p.

COURTINE, Jean-Jacques. [2003]. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia – a cultura do espetáculo*. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2003. p. 21-34.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do discurso político*. Derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2006. 157 p.

\_\_\_\_\_. [1981]. *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos (SP): EdufScar, 2009. 250 p.

CURCINO-FERREIRA, Luzmara. *Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista Veja*. 2006. 337 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

FOUCAULT, Michel. [1982]. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. p. 229-249.

\_\_\_\_\_. [1969]. A Escrita de Si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagem, 1992. p. 129-160.

\_\_\_\_\_. [1969]. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995. 239 p.

\_\_\_\_\_. [1972]. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 407 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso – Diálogos e Duelos*. São Carlos (SP): Editora Clara Luz, 2004. 220 p.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves. SANTOS, João Bôsko Cabral dos (Org.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2007. p. 23-46.

INDURSKY, Freda. Da ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: \_\_\_\_; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto. 1999. p. 173-188.

LE BART, Christian. *Le discours politique*. Paris: PUF, 1998.

LONARDONI, Marines. O Discurso da ascensão, auge e queda de Antônio Palocci, na ótica das capas de Veja. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2006. p. 109-128.

MACHADO, Roberto. [1979]. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. 296 p.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de Leitura*. Da história no discurso. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 15-28.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 68-92.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Campinas, IEL/UNICAMP, 1996. Tese de Doutorado.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. 184 p.

PÊCHEUX, Michel. [1975] *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 317 p.

\_\_\_\_\_. [1969]. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). In: GADET, Françoise &

HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: EDUNICAMP, 1990. p. 311-318.

\_\_\_\_\_. [1983]. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. [1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002. 68 p.

\_\_\_\_\_. [1981]. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos (SP): EdufScar, 2009. p. 21-26.

PIOVEZANI, Carlos. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 367 p.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 243-257.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1971. 279 p.

Data de envio: 20/03/2013

Data de aprovação: 03/02/2014

Data de publicação: 15/04/2014